



SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

PAUTA DA REUNIÃO CNDM - 13 e 14/12/2005

Dia 13 – sala de reunião do CNDM

9h – Abertura

- expediente CNDM – aprovação das atas, organização interna, comissões e câmaras temáticas, acervo

10h - informes:

previdência social/inclusão das mulheres

emprego doméstico

controle social (oficina, encontro conselhos com MSAúde)

Projetos: Revisão da legislação do aborto

Combate à violência

11h - Câmaras Temáticas e Comissões

12:30h – intervalo para almoço

14h - Agenda Internacional

16h – intervalo/café

16h30 – apresentação da pesquisa “Retrato das Desigualdades/Gênero e Raça” – UNIFEM/IPEA – Vera Soares (UNIFEM)

18h30 – encerramento

19h30 - confraternização Hotel San Marco

**dia 14 – auditório do Anexo I do Palácio do Planalto-Forum Nacional de Organismos
Governamentais de Políticas para Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**

9h – abertura – Ministra Nilcéa Freire – balanço político 2005

10h – apresentação: “Panorama do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil” pela Conselheira Marina Oliveira/MJ - debate

11h - Café

11h30 – apresentação: “Controle do câncer de colo de útero e mama” – Dr^a Gulnar Azevedo e Silva Mendonça/INCA-Instituto Nacional do Câncer

12h – debates

13h30- encerramento



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1 Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas, na Sub-sede da
2 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco N, 10º
3 andar, sede do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniram-se as integrantes do Conselho
4 Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: expediente interno;
5 2) Informes; 3) Trabalho Doméstico; 4) Controle Social; 5) Agenda Internacional; 6) Pesquisa “Retrato das
6 Desigualdades”. Estiveram presentes as seguintes conselheiras da Sociedade Civil: I) Maria Aparecida
7 Schuma Schumacher/AMB; II) Maria Solange da Silva Alves (Suplente)/ANMTR; III) Nilza Iraci/Articulação
8 de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; IV) Gisela Zilsch/ABMCJ; V) Maria Ednalva Bezerra de Lima
9 /CUT; VI) Rumiko Tanaka/GCT; VII) Márcia de Campos Pereira/CMB; VIII) Odisséia Pinto de
10 Carvalho/CNTE; IX) Jacimar de Almeida Gouvêa/CONAMI; X) Arlete Carminatti Zago/BPW; XI) Maria
11 Elvira Salles Ferreira (Titular) e Jeanete Assad Mazzeiro (Suplente)/MERCOSUL; XII) Lia Zanotta
12 Machado/Rede Fem. de Saúde; XIII) Nalu Faria Silva/Marcha Mundial das Mulheres; XIV) Neuza
13 Barbosa Lima/Força Sindical; XV) Rita Cerqueira Quadros/LBL; XVI) Albertina de Oliveira Costa/Notório
14 Conhecimento. Representantes Governamentais: XVII) Ministra Nilcéa Freire/SPM e Presidenta CNDM;
15 XVIII) Maria Laura Sales Pinheiro/Secretária Adjunta da SPM; XIX) Denis Santana Barros – /MP; XX)
16 Lidiane Gonçalves(Manhã), Giani Cezumba(Tarde) Representando Maria José de Oliveira Araújo/MS;
17 XXI) Rosylane Vasconcelos, representando Lúcia Helena Lodi/MEC; XXII) Eunice Lea de Moraes/MTE;
18 XXIII) Marina de Oliveira/MJ; Renata Leite – Representando Andréa Lorena Butto ZarzarMDA; XXIV)
19 Hildézia Alves Medeiros/MDS; XXV) Michele do Nascimento – Representando Mari Machado/MCT;
20 XXVI) Maria Luiza Ribeiro Viotti/MRE; XXVII) Denise Antônia de Andrade Simões/SEPPIR. A reunião foi
21 aberta pela senhora Maria Laura Sales Pinheiro, Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas
22 para Mulheres, que saudou a todas e justificou a ausência da Ministra Nilcéa Freire, presidenta do
23 CNDM, por estar naquele mesmo momento na abertura do Fórum Nacional de Organismos
24 Governamentais de Políticas para Mulheres. A Secretária-Adjunta Maria Laura esclareceu que na parte
25 da tarde a ministra Nilcéa estaria presente à reunião do CNDM e informou que no dia seguinte haveria
26 a atividade conjunta do CNDM com as participantes do Fórum, no Auditório do Anexo I do Palácio do
27 Planalto. Em seguida, Maria Laura apresentou as justificativas de ausência das conselheiras Rose
28 Marie Muraro, Clara Charf e Concita Maia, por motivo de saúde, e passou aos informes, primeiramente
29 sobre o Seminário ocorrido em São Paulo em novembro sobre inclusão previdenciária das mulheres,
30 com ênfase na questão do trabalho doméstico e na aposentadoria das donas de casa. Em seguida, a
31 Secretária-Adjunta passou a palavra para a conselheira Eunice de Moraes, do Ministério do Trabalho,
32 que esclareceu que no dia 8 de novembro foi lançado o Plano Nacional de Trabalho Doméstico
33 Cidadão pelo Ministério do Trabalho e Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria
34 Especial de Políticas para Mulheres, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas-Fenatrad e
35 Organização Internacional do Trabalho. A conselheira fez um histórico do trabalho, iniciado em 1997,
36 destacando que em 2004 houve uma audiência pública onde foram colocadas as demandas da
37 Fenatrad em relação às políticas públicas, e a partir daí foi constituída uma comissão de concertação
38 que elaborou o Plano lançado em 8 de novembro. A conselheira Eunice informou que o Plano Nacional
39 de Trabalho Doméstico Cidadão é dividido em 3 grandes projetos: o primeiro refere-se à qualificação

40 social integrada com elevação de escolaridade, que pretende atacar o problema da baixa escolaridade
41 e de promover a qualificação profissional; um segundo subprojeto é a qualificação social, formação
42 para auto-organização, que pretende trabalhar com a formação sindical; e o terceiro subprojeto
43 contempla a elaboração de campanhas voltadas para a sociedade em relação às questões do trabalho
44 doméstico, tais como: direitos humanos, violência contra a mulher, direito à moradia, à saúde, à
45 previdência social, à erradicação do trabalho infantil doméstico, dirigido à conscientização da
46 sociedade brasileira. A conselheira Denise Pacheco, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da
47 Igualdade Racial destacou a importância de todo o governo estar comprometido com o Plano Nacional
48 de Trabalho Doméstico Cidadão, havendo diálogo da Seppir e da SPM com os Ministérios da
49 Previdência, da Saúde, da Educação, das Cidades, de Comunicação, esclarecendo que são muitos os
50 parceiros do governo federal. A conselheira Denise acrescentou que além da valorização do trabalho
51 doméstico e da campanha pela carteira assinada, há a campanha contra a violência do trabalho
52 doméstico. A conselheira Nilza Iraci destacou o fato de que a imensa maioria das empregadas
53 domésticas é negra, a importância de se considerar a empregada doméstica como uma categoria
54 profissional e a necessidade de haver uma estratégia de comunicação efetiva para a campanha e a
55 informação chegarem a todos os lugares, onde se reproduz o trabalho escravo por não haver
56 qualificação do empregado. A conselheira Eunice Moraes agradeceu as contribuições, acrescentando
57 que é um Plano em construção e colocando-se à disposição de todas para futuros esclarecimentos. A
58 Secretária-Adjunta Maria Laura destacou que a discussão do trabalho doméstico está contida no
59 primeiro capítulo do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que trata da inclusão da mulher no
60 mundo do trabalho, com diversas ações já em curso dentro do governo. Em seguida, passou a palavra
61 para a secretária do CNDM, Susana Cabral, para informar sobre o Seminário Nacional de Controle
62 Social nas Políticas de Saúde para Mulheres. A secretária esclareceu que o Seminário está previsto para
63 março de 2006, dentro da agenda do Dia Internacional da Mulher, sendo uma parceria com o
64 Ministério da Saúde, através da Secretaria de Gestão Participativa. O Seminário terá a participação de
65 conselhos estaduais e municipais de Saúde e de Direitos da Mulher, contando também com
66 representações da sociedade civil e de instituições governamentais. Em seguida, foi informado às
67 conselheiras que o CNDM está participando da elaboração de um curso de capacitação para
68 conselheiros de Direitos Humanos, promovido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que
69 contará com um dos módulos dedicado aos Direitos da Mulher, a ser ministrado via Internet a partir de
70 maio de 2006. Além disso, o CNDM também está participando do grupo de Conselhos de Políticas
71 Públicas que está preparando um Seminário Nacional sobre Controle Social, previsto para o segundo
72 semestre de 2006. Para preparar o Seminário, está sendo organizada uma oficina sobre Governança e
73 Controle Social a realizar-se em abril do próximo ano. A Secretária do CNDM listou as componentes da
74 Comissão de Controle Social do CNDM: as conselheiras Nilza Iraci, Lia Zanotta, Ana Maria Soares,
75 Marcia Campos, Maria Ednalva e Maria Elvira. Em seguida, a Secretária-Adjunta Maria Laura passou a
76 palavra à Conselheira Lia Zanotta, para informar sobre a tramitação do projeto de revisão da legislação
77 do aborto na Câmara dos Deputados. A Conselheira Lia Zanotta fez primeiramente um histórico, a
78 partir da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, em julho de 2004, chegando à constituição
79 da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva da Interrupção Voluntária da Gravidez,
80 destacando as importantes parcerias que foram feitas dentro do trabalho da Comissão Tripartite, nas
81 áreas médica e jurídica, e também a resistência de grupos contrários à descriminalização do aborto. A
82 conselheira destacou a importância que teve a Marcha Mundial das Mulheres pelo aborto, e de
83 importantes entidades como a CUT já assumirem esta bandeira, lembrando da importância da
84 articulação com a sociedade civil, para que a discussão não fique restrita ao Parlamento. A conselheira
85 Odisséia Pinto de Carvalho/CNTE reforçou a necessidade de que haja um amplo trabalho de
86 esclarecimento dentro da sociedade, para que as pessoas tenham o direito de ter uma posição definida
87 e consciente sobre o aborto, uma vez que a população está muito desinformada. Após um pequeno

88 debate sobre o tema, a Secretária-Adjunta Maria Laura lembrou que, a partir da instalação da
89 Comissão Tripartite, o tema voltou diversas vezes ao CNDM, que participou dos trabalhos da
90 Comissão e contribuiu para a ampliação do debate. Em seguida, a Secretária-Adjunta colocou em
91 votação separadamente as atas das reuniões de 16 de setembro e de 18 de outubro, que foram
92 aprovadas, e encerrou a primeira parte da Reunião, para que fossem almoçar. Às 15 horas a reunião
93 foi reaberta pela Ministra Nilcéa Freire, que cumprimentou a todas e justificou sua ausência na parte da
94 manhã por estar acompanhando o Fórum de Coordenadorias, anunciando também a atividade
95 conjunta do CNDM com as Coordenadorias, prevista para o dia seguinte. Na ocasião, será divulgado
96 um manual sobre Tráfico de Pessoas elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres,
97 Ministério da Justiça e Organização Mundial do Trabalho, e também será tratado o tema da Prevenção
98 ao câncer de colo uterino e de mama com representante do Instituto Nacional do Câncer. Em seguida a
99 Ministra informou sobre o serviço da Central de Atendimento à Mulher através do Ligue 180, que foi
100 lançado em caráter experimental, como um serviço inteiramente gratuito feito por atendentes
101 treinadas, esclarecendo que o Instituto Patrícia Galvão, de São Paulo, e o disque-denúncia do Rio de
102 Janeiro participaram na formatação do script e no treinamento das atendentes. Ainda sobre a questão
103 da violência contra a mulher, a Ministra informou sobre o balanço publicado com a atividade da SPM
104 neste campo, um balanço dos três anos do trabalho da SPM como uma prestação de contas,
105 lembrando dos limites deste trabalho e citando como exemplo a ampliação das Delegacias
106 Especializadas de Atendimento à Mulher. Uma vez que esta ampliação deve ser feita pelos Estados, a
107 Secretaria deve negociar, estimular, pressionar, mas não pode invadir as atribuições e competências
108 dos estados e dos municípios. Por fim, a Ministra comentou que, ao fim de mais um ano de trabalho,
109 apesar das grandes dificuldades que surgiram no cenário político, foi feito um esforço para que os
110 projetos não fossem interrompidos e para que os objetivos importantes fossem atingidos. Nesse ponto
111 a Ministra agradeceu o trabalho compartilhado e solidário do Conselho, lembrando que o crescimento
112 das instalações do CNDM é a materialização do crescimento do trabalho do CNDM e da Secretaria,
113 mencionando ainda o trabalho de recuperação do Acervo em vias de começar, através de convênio
114 firmado com a Universidade de Brasília. Encerrando sua fala, a Ministra Nilcéa convidou todas as
115 conselheiras a participarem do desfile da Escola de Samba Porto da Pedra, do Rio de Janeiro, que no
116 próximo carnaval fará em seu enredo uma homenagem às mulheres brasileiras, com assessoria da
117 conselheira Schuma Schumacher. Passou em seguida a palavra à sra Vera Soares, representante 'do
118 UNIFEM, Fundo das Nações Unidas para a Mulher, para apresentação da pesquisa "Retrato das
119 Desigualdades/Gênero e Raça", desenvolvida com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
120 A sra Vera Soares fez uma demonstração de como trabalhar com os indicadores sociais com a
121 dimensão de gênero e a dimensão racial, e fez a distribuição a todas as conselheiras das cópias em cd
122 e cartazes. Em seguida, a Ministra passou a palavra a Sonia Malheiros, da Secretaria Especial de
123 Políticas para Mulheres, para o ponto da Agenda Internacional. Sonia iniciou avaliando que os anos de
124 2003 e 2004 foram anos de inserção da SPM como mecanismo do executivo federal brasileiro
125 responsável pela elaboração, definição e articulação de políticas para mulheres nacional e
126 internacionalmente. Já o ano de 2005 é avaliado como um ano de consolidação do papel da Secretaria
127 nesses espaços regionais e internacionais, quando o Brasil passou a desempenhar um papel de
128 liderança, trabalhando com uma função importante de articular os outros países do Mercosul e países
129 associados nos embates que se dão nesse campo. Avaliou ainda que a postura que o Governo
130 brasileiro tem levado ao espaço internacional, através da Secretaria de Políticas para Mulheres, tem
131 sido muito importante para reafirmar os direitos sexuais e reprodutivos, para a questão do
132 enfrentamento da violência contra a mulher e na discussão do tráfico de pessoas, considerada uma
133 discussão delicada com uma posição difícil dos Estados Unidos no sentido de condenar a prostituição e
134 de levar para a questão da migração, fechando fronteiras. Sonia Malheiros destacou a participação, no
135 âmbito do Mercosul, nas reuniões da REM-Reunião Especializada da Mulher, com reuniões ordinárias

136 semestrais, que agora conta com a participação formalizada das organizações e movimentos sociais de
137 mulheres como observadoras permanentes, o que fortaleceu o mecanismo. No âmbito da OEA –
138 Organização dos Estados Americanos, discorreu sobre a atuação na Comissão Interamericana de
139 Mulheres, presidida atualmente pela Ministra Nilcéa Freire, cujo destaque de 2005 foi a implementação
140 do mecanismo de monitoramento da Convenção de Belém do Pará. Citou também a participação
141 brasileira, através da SPM, na mesa diretora da CEPAL – Conferência sobre a mulher da América Latina
142 e Caribe, e informou que maiores informações sobre este trabalho internacional podem ser encontradas
143 na página da SPM na internet, bem como os principais documentos que foram retirados dessas
144 reuniões. Por fim, destacou a importância da estreita articulação da SPM com o Ministério das Relações
145 Exteriores, em especial com o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, com apoio e
146 trabalho conjunto dentro de uma mesma perspectiva. Nesse ponto a palavra foi passada à Ministra
147 Maria Luisa Viotti, do Ministério das Relações Exteriores, que afirmou que a criação da SPM e a gestão
148 da Ministra Nilcéa em especial representaram um salto qualitativo na representação do Brasil nos
149 diversos foros internacionais, adquirindo um aspecto de liderança no plano internacional como um
150 todo. A Ministra Maria Luisa Viotti colocou-se à disposição para continuar contribuindo para que a
151 presença do Brasil seja cada vez mais importante nos temas relativos a mulher. Em seguida, a
152 Conselheira Marcia Campos registrou, como presidente de uma organização internacional em 160
153 países, que o exemplo que o governo brasileiro tem dado, através da SPM e do Ministério das Relações
154 Exteriores, deve ser seguido pelos outros países, ao enfrentar temas como o do tráfico de mulheres e
155 ao incluir organizações não-governamentais nas delegações. A conselheiras Maria Elvira e Nilza Iraci
156 solicitaram a palavra para dar testemunho do apoio e da forma com que a SPM tem trabalhado no
157 plano internacional. Antes do encerramento da reunião, a conselheira Rita Quadros, da Liga Brasileira
158 de Lésbicas, pediu a palavra para agradecer a recepção que teve por parte das demais conselheiras,
159 uma vez que é a primeira reunião do CNDM de que participa, comentando que, quando o CNDM
160 completou vinte anos de existência foi reconhecida a importância de que nele haja uma representação
161 lésbica, antiga reivindicação do movimento. Relembrou que no dia vinte e nove de agosto, o Dia da
162 Visibilidade Lésbica, em reunião com a Ministra Nilcéa foi apresentada a solicitação de inclusão do
163 segmento das lésbicas no CNDM, aprovada em plenário na reunião seguinte, significando um
164 compromisso de discutir políticas públicas para lésbicas. Em seguida, a sra Secretária-Adjunta Maria
165 Laura anunciou a saída da Ministra Nilcéa, que precisou ausentar-se para cumprir agenda fora da SPM,
166 ficando de encontrá-las em seguida no Hotel San Marco, para confraternização das conselheiras com
167 as integrantes do Fórum de Coordenadorias. A sra Secretária-Adjunta informou que a Conselheira
168 Rose Marie Muraro foi declarada Patrona do Feminismo Nacional em projeto aprovado na Câmara dos
169 Deputados, no dia vinte de novembro, o que foi festejado por todas. A sra Maria Laura lembrou a
170 todas da programação para o dia seguinte, em atividade conjunta do CNDM com o Fórum Nacional de
171 Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres, no auditório do Anexo I do Palácio do
172 Planalto. Segundo a programação, a abertura ficará a cargo da Ministra Nilcéa Freire, para um balanço
173 político do ano de 2005, seguida de apresentação da Conselheira Marina Oliveira, do Ministério da
174 Justiça, intitulada “Panorama do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil”, e da exposição da
175 dra Gulnar Azevedo e Silva Mendonça, do Instituto Nacional do Câncer: “Controle do câncer de colo de
176 útero e mama”. Antes do encerramento da reunião, as conselheiras aprovaram moção que veio a ser
177 assinada em conjunto com as participantes do Fórum de Coordenadorias, sobre a criação da grife de
178 roupas “Daspu”, com o seguinte texto: “*Nós, representantes dos Organismos Governamentais de*
179 *Políticas para Mulheres, presentes ao Fórum Nacional e as Conselheiras do Conselho Nacional dos*
180 *Direitos da Mulher, presentes ao Plenário do Conselho Nacional, reunidas em Brasília/DF nos dias 13 e*
181 *14 de dezembro de 2005, nos solidarizamos com a iniciativa das profissionais do sexo do Estado do*
182 *Rio de Janeiro e aprovamos moção de apoio à criação da grife de roupas “Daspu” que certamente*
183 *contribui para o empoderamento e representa uma alternativa de autonomia e geração de renda para*

184 *essas mulheres*". A Secretária-adjunta Maria Laura agradeceu a presença de todas, e deu por
185 encerrada a reunião.